



34932418



08019.002340/2025-44



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria Nacional de Políticas Penais  
Coordenação-Geral de Modernização da Engenharia e Arquitetura  
Prisional

## PLANILHA RESUMO DOS CUSTOS - MÁXIMO ADMISSÍVEL

Tabela 01

PREÇOS MÁXIMOS ADMISSÍVEIS GLOBAIS			
Divisão	Subdivisão	Custo	Valores com BDI
			Normal: <b>22,12%</b> <b>TOTAL</b>
SERVIÇOS PRELIMINARES	-	R\$ 43.719,38	R\$ 43.719,38
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	-	R\$ 6.229,80	R\$ 6.229,80
AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA REDE DE HIDRANTES	-	R\$ 42.054,63	R\$ 42.054,63
ADEQUAÇÃO DO ACIONAMENTO AUTOMÁTICO DA BOMBA DE INCÊNDIO	-	R\$ 12.471,71	R\$ 12.471,71
EXTINTORES	-	R\$ 5.634,52	R\$ 5.634,52
ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-	R\$ 12.105,98	R\$ 12.105,98
ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE SPDA NA ÁREA DA ACADEMIA	-	R\$ 30.566,72	R\$ 30.566,72
SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE			

SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME DE INCÊNDIO WIRELESS	-	R\$ 97.583,81	R\$ 97.583,81
CENTRAL DE GÁS	-	R\$ 8.140,29	R\$ 8.140,29
<b>TOTAL (CUSTO COM BDI)</b>			<b>R\$ 258.506,84</b>

### **OBSERVAÇÕES:**

- O orçamento foi elaborado tendo como referência principal o mês-base do bancos:
  - a) 09/2025 SINAPI - RN;
  - b) 09/2025 SBC - RN;
  - c) 07/2025 ORSE - SE;
- Dessa forma, o orçamento está apto a ser atualizado inclusive pelo próprio órgão, com aplicação do INCC relativo ao mês- base inicial 09/2025, se conveniente ao processo licitatório;
- O BDI praticado nesta orçamentação foi de 22,12%, correspondente ao valor médio de seus componentes para “Construção de edifícios”, de acordo com o Acórdão nº 2.622/2013 do TCU e considerando os encargos sociais sobre mão-de-obra como “desonerado”;
- Para esta obra em específico não foi adotado BDI diferenciado.
- As bases orçamentárias utilizadas e seus respectivos meses-base estão discriminados nos cabeçalhos dos orçamentos, da curva ABC e da tabela-resumo;

1. Devido às particularidades dos itens, foram percebidas limitações no SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil que não puderam ser supridas apenas com a adaptação de composições usando insumos do mesmo banco. Passou-se então a utilizar outros bancos de composições que também possuem abrangência federal, pois caso permaneçam até as últimas versões, poderão

ser adaptadas para outras capitais brasileiras mais facilmente.

2. Os bancos de composições auxiliares escolhidos para integrar os orçamentos nesta etapa foram o ORSE - Orçamento de Obras de Sergipe e SBC - Sistemas e Consultoria de Custos. O Software ORSE - Orçamento de Obras de Sergipe, foi desenvolvido e é mantido pela Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas de Sergipe - CEHOP há mais de dez anos, para atender à determinação contida nos artigos 8º e 9º da Lei Estadual nº 4.189 de 28.12.1999 que criou o Sistema Estadual de Registro de Preços para Obras e Serviços de Engenharia.

3. Já o SBC - Sistema Boletim de Custos é uma base de composições criada pelo professor Miguel Stabile, pioneira em uso online e auxiliar na reformulação do SINAPI em conjunto com o Banco Nacional de Habitação (BNH). Freire (2003) cita o SBC como fundamental no desenvolvimento da orçamentação na construção civil e da engenharia de custos no Brasil. No documento nº TC 575.497/1998-0 (BRASIL, 2013c), que cita o SBC com o seu nome antigo DYS-SBC, é enfatizada a necessidade de envidar os melhores esforços na busca da economicidade das contratações, o que exige a consulta a outras bases como paradigmas de mercado.

4. Os meses-referência das bases federais utilizadas foram SINAPI - 09/2025 , SBC - 09/2025 e ORSE - 07/2025.

5. Prioritariamente, foram utilizados os bancos de abrangência federal na busca e utilização de composições unitárias. Porém, para insumos muito específicos, outros bancos de abrangência regional foram inseridos. São os seguintes:

a) FDE- Fundação para o Desenvolvimento da Educação (São Paulo) - 07/2025, no insumo para treinamento de brigada de incêndio;

b) CAERN - Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (Rio Grande do Norte) - 07/2025, no insumo para módulo de comando de motor;

c) SETOP - Sistema Geral de Obras Públicas (Minas Gerais) - 08/2025, (Atual SEINFRA) nos insumos para as composições das placas de sinalização.

6. A utilização das outras bases mencionadas

anteriormente está amparada no Decreto nº 7.983 de 2013, de acordo com o parágrafo único do Art. 5º do Capítulo II:

"Parágrafo único. Os novos sistemas de referência de custos somente serão aplicáveis no caso de incompatibilidade de adoção dos sistemas referidos nos arts. 3º e 4º, incorporando-se às suas composições de custo unitário os custos de insumos constantes do Sinapi e Sicro."

7. Nesse sentido, foi adotado o procedimento de compatibilização de bases para eliminar a possibilidade de duplicidade de insumos e composições para o mesmo item especificado. Isto é, quando necessário utilizar alguma composição que não faça parte do SINAPI ou SICRO, os coeficientes de produtividade e consumo foram mantidos como na composição de outra base, porém, os insumos e composições em si foram substituídos por um pertencente ao SINAPI. Esta troca só foi operada quando encontrados insumos e composições SINAPI disponíveis e compatíveis.

8. O procedimento foi conduzido por uma função própria do software de orçamentação utilizado pela equipe, o OrçaFascio - Software para Engenharia, que sugeria os insumos passíveis de compatibilização e possibilitava a escolha do insumo SINAPI, e em seguida, a substituição ocorria generalizada e automaticamente. Assim, os insumos de outras datas bases diferentes foram substituídos pelos equivalentes da base atualizada de referência, para maior adequação ao Decreto 7.983/2013, ou seja, para maior uso da base SINAPI.

9. Os encargos sociais e complementares estão incluídos em todas as composições referentes à mão de obra do SINAPI, que foram inclusive utilizadas em composições de outros bancos. Portanto, estes foram aplicados automaticamente.

10. Os orçamentos foram produzidos com o auxílio do software OrçaFascio que permite a pesquisa de composições unitárias em 17 bases de dados nacionais e regionais, além de incluir funcionalidades que permitem a aplicação direta das diretrizes do TCU - Tribunal de Contas da União.

11. As pranchas dos projetos de incêndio foram fornecidas em arquivos com extensão em .dwg, com isso foi possível ao orçamentista somente realizar a quantificação manual com apoio também da equipe de planejamento que auxiliou na consulta *in loco*, a fim de verificar alguma discrepância com os arquivos disponíveis.

12. Para realizar a quantificação dos materiais compostos no item 8 - SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME DE INCÊNDIO WIRELESS, foi realizada pesquisa de mercado com 2 fornecedores distintos devido o fato de ser um serviço especializado. O orçamentista ajustou as composições tornando-as próprias para que pudessem ser incluídas todos os demais insumos necessários.

13. É necessário diferenciar as composições adaptadas das composições alteradas pela compatibilização de insumos, anteriormente comentadas. As composições adaptadas tiveram suas alterações operadas manualmente pelos orçamentistas, com o objetivo de se adequar à especificação técnica apontada pelos projetos.

14. A curva ABC é a tabulação dos insumos ou serviços que compõem o orçamento em ordem decrescente de custo total, ou seja, do mais representativo ao menos representativo. Desse processo provém a curva formada na representação gráfica das porcentagens acumuladas de custos totais, dando o nome ao método, e a divisão dessa curva em três faixas:

I - A Faixa A engloba os insumos e serviços que perfazem 80% do custo total;

II - A Faixa B engloba os insumos e serviços totalizando entre 80% e 95% do custo total;

III - A Faixa C engloba os itens entre 95% e 100% do custo total.

15. Essa divisão permite a priorização dos insumos e serviços mais custosos do projeto, que pode ter funções gerenciais, como no cronograma físico-financeiro, ou funções técnicas, como na consideração de outras escolhas construtivas.

16. De acordo com a Faixa A, os itens mais significativos foram **sistema wireless, tubos galvanizados, cabos de cobre e abrigo de hidrantes** coerente com o esperado de uma curva desse tipo de obra. Outras composições ou insumos apresentam-se como significativas não necessariamente pelo seu custo unitário, mas sim pela quantidade final requerida pela edificação.

17. O orçamento executivo do PPCI - PFMOS foi obtido após projeto aprovado pelo AVCB, logo após, foi realizado vasto estudo das diretrizes governamentais e aperfeiçoamento das

ferramentas de orçamentação ao alcance da equipe. Esses elementos passaram a compor os processos da equipe de custos como boas práticas e regras gerais do processo de orçamentação, para criação dos produtos gerados ao longo deste estudo.

18. A intenção da discriminação de tais diretrizes e práticas foi tornar o processo de orçamentação claro e a compreensão dos valores finais obtidos no orçamento facilitada.

19. Referências bibliográficas utilizadas:

MATTOS, Aldo Dórea. Como preparar orçamentos de obras: dicas para orçamentistas, estudos de caso, exemplos. São Paulo: Pini, 2006.

## EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO



Documento assinado eletronicamente por **Renato Vieira Tormin, Coordenador(a)-Geral de Modernização da Engenharia e Arquitetura Prisional - Substituto(a)**, em 23/03/2026, às 17:14, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Tarcisio Guilharva da Costa Venerio, Engenheiro(a)**, em 24/03/2026, às 12:18, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Anna Carolina Montenegro Nunes Sales, Engenheiro(a)**, em 24/03/2026, às 12:45, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique Benites Ferreira, Engenheiro(a)**, em 24/03/2026, às 12:48, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **João Bulhões de Lima Neto, Policial Penal Federal**, em 25/03/2026, às 11:08, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Adriel Araujo de Moura, Chefe da Divisão de Segurança e Disciplina -**



**Substituto(a)**, em 26/03/2026, às 21:52, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **34932418** e o código CRC **44AEC129**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

---

---

**Referência:** Processo nº  
08019.002340/2025-44

SEI nº 34932418